

OUTUBRO 2023

E·pharma

NEWSLETTER APIFARMA

à conversa com...

Manuel Pizarro

MINISTRO DA SAÚDE



Índice

EDITORIAL	03
À CONVERSA COM... Manuel Pizarro, Ministro da Saúde	04
NOTÍCIAS	08
AGENDA	16
LEGISLAÇÃO	17
PHARMA EM NÚMEROS	18

Indústria farmacêutica | Trunfo fundamental para a sociedade e economia

Integrando a comitiva do Ministério da Saúde, nos dias 25 e 26 de Outubro, tivemos a oportunidade de visitar as empresas farmacêuticas de base produtiva nacional presentes na CPHI Worldwide 2023, o maior certame mundial do sector da Indústria Farmacêutica. Trata-se de um evento à escala global, que junta 2.500 empresas de mais de 170 países e que abrange toda a cadeia de fornecimento.

Esta iniciativa permitiu, mais uma vez, confirmar o nível de qualidade e a dinâmica deste importante sector industrial do nosso país. Ao longo da visita foi possível acompanhar o trabalho desenvolvido pelas empresas farmacêuticas de base produtiva nacional e compreender as suas preocupações e desafios.

A Indústria Farmacêutica é um trunfo fundamental para a sociedade e a economia Europeias, permitindo que a Europa assuma uma importância estratégica em termos de reforço da sua capacidade na área da Saúde. Recentemente, a pandemia e as guerras na Ucrânia e no Médio Oriente evidenciaram necessidades na União Europeia, em termos de capacidade e atractividade. Sabemos, agora melhor, do que nunca, da importância de a Europa reforçar a sua soberania em matéria da Saúde.

A pesquisa e inovação em Saúde e o acesso generalizado e equitativo dos europeus aos medicamentos implicam um investimento sério na auto-suficiência da produção farmacêutica do velho continente. Em Portugal, esse é o único caminho a seguir. Só assim será possível atrair investimento para a inovação, responder às necessidades terapêuticas dos cidadãos e assegurar a sustentabilidade do sistema de saúde, promovendo a tão necessária reindustrialização, que contribuirá para a redução da dependência de outras regiões do globo e para satisfazer as necessidades da população portuguesa e europeia.

A aposta numa indústria farmacêutica de base produtiva nacional forte permitirá, por um lado, alavancar a economia portuguesa e responder aos desafios do abastecimento do mercado nacional de medicamentos. Por outro e, em simultâneo, impulsionará o crescimento e a competitividade do sector, relançando, assim, a produtividade, aumentando as exportações e promovendo a criação de reservas estratégicas nacionais. Por isso, e como refere a Declaração de Granada dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, no início de Outubro, urge reforçar a base industrial e tecnológica dos 27. O projecto europeu de garantia de paz e prosperidade só estará assegurado se a Europa fortalecer a sua soberania e a sua base económica. A afirmação de um mercado único coeso e a construção de uma Europa em que o bem-estar social impera estão também subordinadas à não dependência externa e à capacidade de produzir medicamentos críticos, essenciais para combater os desafios demográficos. Também o Conselho Europeu, em Junho deste ano, alertou para a necessidade de adopção de medidas urgentes para assegurar a produção e a disponibilidade de medicamentos essenciais na Europa. Se é verdade que a Europa tem um sector farmacêutico sólido e competitivo, líder na investigação, também é verdade que os componentes de produção se foram, ao longo do tempo, deslocando para fora deste continente. A dispersão e complexidade das cadeias de abastecimento de medicamentos suscita preocupações e requer medidas adequadas, tal como bem refere a recente Comunicação da Comissão Europeia de 24 de outubro de 2023, relativa à escassez de medicamentos na UE.

Todos estes desafios são um enorme incentivo e motivo para reforçar a Autoridade Nacional do Medicamento.



| Rui Santos Ivo

Presidente Infarmed



“É necessária uma profunda cooperação entre o Estado e as empresas”

à conversa com... **Manuel Pizarro**

A Indústria Farmacêutica está a realizar “um trabalho magnífico” no nosso país e é necessária uma “profunda cooperação entre o Estado e as empresas” para que esta fileira industrial continue a progredir e vencer os bloqueios que ainda existem, considera o Ministro da Saúde. “Este é um esforço que tem mesmo de ser feito em conjunto.” Nesta entrevista à APIFARMA, Manuel Pizarro traça como “grande prioridade” para 2024 a criação de “um ambiente mais simples para a realização de ensaios clínicos” e deixa também clara a sua ambição: que Portugal tenha capacidade produtiva instalada em medicamentos inovadores com marca própria ou susceptível de estar ligada ao país desde o início.

A PRESENÇA DO MINISTRO DA SAÚDE NA CPHI WORLDWIDE 2023, O MAIOR E MAIS IMPORTANTE EVENTO MUNDIAL NA ÁREA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, SIGNIFICA UM APOIO CLARO À INDÚSTRIA FARMACÊUTICA DE BASE PRODUTIVA NACIONAL?

Evidentemente que sim. Significa o reconhecimento pelo trabalho magnífico que a fileira industrial dos produtos farmacêuticos tem realizado no nosso país, quer garantindo o abastecimento do mercado nacional, quer ao mesmo

tempo conseguindo, através da internacionalização, melhorar a riqueza do país. E esse é um dos elementos essenciais para a sustentabilidade do nosso modelo social e do nosso Serviço Nacional de Saúde.

QUE EXPECTATIVAS E DESAFIOS FORAM COLOCADOS AO MINISTRO DA SAÚDE, NA CPHI 2023, PELAS EMPRESAS E ENTIDADES QUE INTEGRAM A PHARMAPORTUGAL?

Para continuar a progredir, como tem acontecido nesta fileira económica muito relevante, é necessária uma profunda cooperação entre o Estado e as empresas. Trata-se, em primeiro lugar, de reduzir as barreiras, de facilitar a expansão das actividades, nomeadamente as actividades industriais da fileira dos produtos farmacêuticos, da saúde, através de um ambiente regulatório que seja ao mesmo tempo exigente, mas desburocratizado. E trata-se, por outro lado, de criar condições para que, nomeadamente com recurso à diplomacia económica, as nossas empresas penetrem de forma ainda mais determinada nos mercados internacionais. Esse é um esforço que tem mesmo de ser feito em conjunto.

EM ABRIL FOI PUBLICADO UM DESPACHO CONJUNTO DO MINISTRO DA ECONOMIA E DO MAR, DA MINISTRA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E DO MINISTRO DA SAÚDE QUE PREVÊ A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A “DINAMIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL DA SAÚDE”. HÁ NOVIDADES SOBRE ESTE PROCESSO?

Envolve o Ministério da Saúde, o Ministério da Economia e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior porque há que actuar em diferentes domínios para conseguir o resultado virtuoso de impulsionar ainda mais a Indústria Farmacêutica, nomeadamente a de base nacional. Nós temos uma agenda de medidas concretas que estamos a preparar e que vão ser tomadas nos próximos meses, já a partir do esforço que tem sido feito nesse grupo de trabalho.

CRIAR UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO INVESTIMENTO EM ENSAIOS CLÍNICOS CONTRIBUI PARA UMA MELHORIA DO ACESSO À INOVAÇÃO TERAPÊUTICA E PARA A SUSTENTABILIDADE DO SISTEMA DE SAÚDE. COMO PODEMOS MELHORAR A CAPTAÇÃO DE ENSAIOS CLÍNICOS EM PORTUGAL?

Esta é uma das áreas onde temos de melhorar a legislação e a regulamentação, mas temos, sobretudo, de melhorar os procedimentos. Já houve várias tentativas ao longo dos anos, quase que diria ao longo das décadas, para conseguir criar um ambiente mais simples para a realização de ensaios clínicos e a verdade é que isso nunca foi cabalmente conseguido. Acresce que, desse ponto de vista, a competição internacional é hoje muito maior, porque outros países perceberam a enorme vantagem – vantagem económica e vantagem para o tecido científico – de terem um ambiente favorável aos ensaios clínicos, o que quer dizer que Portugal tem perdido na relação com alguns desses países. É uma área que no próximo





ano será uma grande prioridade no Ministério da Saúde, procurando, repito, mais do que as questões legais ou regulamentares, criar condições para que em cada unidade das mais importantes exista um sector dedicado aos ensaios clínicos que apoie efectivamente a sua realização.

DE QUE IMPULSO NECESSITA O PAÍS PARA CAPTAR RECURSOS INTERNACIONAIS QUE, NOMEADAMENTE, VALORIZEM A INVESTIGAÇÃO, A INOVAÇÃO, A PRODUÇÃO E A RETENÇÃO DE TALENTO NA ÁREA DAS TECNOLOGIAS DA SAÚDE?

Esse impulso já está, apesar de tudo, a acontecer. Um dos elementos essenciais é o ganho de dimensão das estruturas de investigação científica e tecnológica. O que aconteceu há uns anos a Norte, com a criação do i3S, a partir da fusão do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto IPATIMUP, do Instituto de Biologia Molecular e Celular – IBMC e do Instituto Nacional de Engenharia Biomédica – INEB, está a acontecer agora também em Lisboa, com a criação do Instituto Gulbenkian de Medicina Molecular, que resulta da fusão do Instituto Gulbenkian com o Instituto de Medicina Molecular. Não há nenhuma dúvida de que, para podermos competir no

mercado internacional, que, repito, é cada vez mais exigente – neste caso, estou a usar a expressão mercado para falar da atracção de talento que hoje também é competitiva –, precisamos de estruturas que tenham dimensão que permita uma presença regular nesses fóruns internacionais.

CONCORDA QUE A APOSTA NO ORÇAMENTO PLURIANUAL DA SAÚDE PERMITIRIA PLANEAR O INVESTIMENTO E O FINANCIAMENTO APROPRIADO DO SISTEMA DE SAÚDE?

Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. Nós temos vindo a progredir no sistema de saúde com uma profunda reorganização que tem agora que provar o seu mérito. O primeiro aspecto dessa reorganização foi com o novo Estatuto do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a criação da direcção executiva e a sua implementação. Fizemos agora uma profunda transformação institucional, com a criação das 39 unidades locais de saúde, o que simplificará muito o sistema de saúde. Nós vamos passar de mais de uma centena de instituições para pouco mais de quatro dezenas de instituições: 39 unidades locais de saúde, três Institutos Portugueses de Oncologia (IPO) e um hospital governado em parceria público privada. Ao mesmo tempo, o orçamento para 2024, finalmente, ao fim de 14 ou 15 anos, devolve autonomia orçamental à saúde. O modelo é passar a existir um único contrato entre o Governo, Ministério das Finanças e Ministério da Saúde, e a direcção executiva do Serviço Nacional de Saúde e, a partir daí, toda a relação com estas instituições que descrevi será feita a partir da direcção executiva do SNS. A cereja no topo desse bolo é a natureza plurianual desse orçamento, trabalho que vamos fazer em 2024, num esforço progressivo de reforma da governação do SNS.

A PANDEMIA E A GUERRA NA UCRÂNIA MOSTRARAM A NECESSIDADE DE REINDUSTRIALIZAÇÃO DA EUROPA. ESTA SERIA UMA OPORTUNIDADE PARA CRIAR CONDIÇÕES EM PORTUGAL PARA REFORÇAR A CAPACIDADE PRODUTIVA E INOVADORA DA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA? O PRR PODE FUNCIONAR COMO INSTRUMENTO CATALISADOR, COMO ACONTECEU EM ESPANHA?

Portugal fez um conjunto de opções sobre o PRR que não atribuíram prioridade à reindustrialização directa. Chamo a atenção, no entanto, que há quatro agendas mobilizadoras na área da saúde com o apoio do PRR que, a serem bem sucedidas, e os trabalhos que estão



a decorrer dão sinais muito positivos, darão um grande contributo para a criação de valor que permita alavancar o progresso da indústria nacional. Nós temos uma base industrial com muito significado na área da indústria farmacêutica – não é por acaso que no ano de 2022 ficámos próximos dos 2 mil milhões euros em exportações. O crescimento na última década, década e meia, foi muito significativo, mas também todos temos consciência de que há muitas oportunidades que não tiveram ainda resposta. Repito algo que já disse nesta entrevista: nós precisamos de uma cooperação muito forte entre o Estado e as empresas para conseguir vencer os bloqueios que ainda existem. Temos uma enorme capacidade produtiva baseada ou em medicamentos que já estão fora de patente ou medicamentos genéricos, com grande sucesso, ou na produção de fármacos inovadores, mas para marcas que não são nacionais. Precisamos de continuar estas duas coisas, são as duas boas, mas precisávamos de somar a isso uma capacidade produtiva instalada em medicamentos inovadores, com marca própria ou com marca susceptível de estar ligada ao nosso país desde o início e nisso estamos ainda longe daquilo que ambicionamos.

O SUCESSO DAS EMPRESAS É O SUCESSO DE PORTUGAL?

É isso mesmo. A sustentabilidade dos sistemas públicos, nomeadamente o sistema público de saúde, é um desafio em todos os países. É um desafio enorme em Portugal, pois independentemente de reconhecermos que uma gestão melhor pode produzir maior eficiência e de sabermos que existem despesas que provavelmente podiam ser comprimidas, a tendência no sistema de saúde é inevitavelmente o aumento dos gastos. As pessoas têm mais idade, mais patologias, mais literacia e procuram mais cuidados de saúde, já que as possibilidades do sistema de saúde são muito maiores do que eram ainda há poucos anos e, normalmente, essas possibilidades aumentaram graças à inovação e a inovação é relativamente cara. Ora, a única forma de sustentarmos isto a prazo é melhorarmos a economia do país. Temos de olhar para os dois lados da equação, não apenas para o lado do que gastamos, mas para o lado do que produzimos. E temos de olhar para a saúde na era da economia como uma oportunidade de crescimento.



Ministro da Saúde reúne com empresas farmacêuticas de base produtiva nacional

Os associados da APIFARMA partilharam desafios, constrangimentos e preocupações com Manuel Pizarro, que defendeu o reforço das exportações de produtos de saúde.

O Ministro da Saúde esteve na CPHI Worldwide, em Barcelona. No evento mundial, que decorreu de 24 a 26 de Outubro nesta cidade espanhola, estiveram presentes como representantes da Pharmaportugal/APIFARMA, as empresas Basi, Edol, Iberfar, Laboratórios Azevedos, Medinfar, Sidefarma e Tecnimed.

Manuel Pizarro teve oportunidade de reunir com os responsáveis dos associados da APIFARMA, que partilharam desafios, constrangimentos e preocupações. No decurso da visita manifestou, ainda, apoio ao trabalho desenvolvido pelas empresas farmacêuticas de base produtiva nacional. Salientou que Portugal conta com uma indústria nacional de grande significado, defendendo a necessidade de prosseguir o caminho de aprofundamento da cooperação entre o Estado e as empresas, de modo a reforçar as exportações de produtos de saúde.

Na visita, o Ministro foi acompanhado pelo Presidente da APIFARMA, João Almeida Lopes, por Rui Ivo, Presidente do Infarmed, pela Cônsul de Portugal em Barcelona, Ana Coelho e pelo Administrador da AICEP, Luís Rebelo de Sousa.

Este é um sector que gera, em Portugal, mais de 9 mil empregos directos e 40 mil empregos indirectos. Investe mais de 121 milhões de euros em I&D no país, com uma produção de 2,3 mil milhões de euros e com exportações que ultrapassam os 2 mil milhões de euros.

A CPHI é uma plataforma de excelência para a promoção da internacionalização das empresas portuguesas, onde estas têm oportunidade de divulgar as suas competências tecnológicas e a sua capacidade exportadora, contactarem directamente com potenciais clientes e concretizar parcerias.

Para mais informações pode consultar o site do evento [aqui](#).



Conferência “Atrair Investimento em Saúde | Viver Melhor”

Evento vai debater a importância e estratégia de captar investimento em saúde, valorizando a investigação e a economia portuguesas.

No próximo dia 8 de Novembro, pelas 09h15, no Pequeno Auditório da Culturgest, a APIFARMA organiza a Conferência “Atrair Investimento em Saúde | Viver Melhor”.

A estratégia para o investimento em saúde, o posicionamento de Portugal ao nível da captação de

recursos internacionais que valorizem a investigação clínica e a economia nacional, bem como o valor dos medicamentos, para as pessoas são os temas em destaque nesta iniciativa promovida pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica.

Programa disponível [aqui](#). Inscreva-se [aqui](#).

8 DE NOVEMBRO | 09H15

CULTURGEST

PEQUENO AUDITÓRIO



**ATRAIR
INVESTIMENTO
EM SAÚDE
VIVER MELHOR**

Investimento em saúde abaixo dos valores da OCDE

Presidente do Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP defendeu que o sector privado da saúde pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento do país.

A saúde deve ser encarada como uma prioridade e o investimento deve estar alinhado com a OCDE, que está 30% acima da média portuguesa.

“Estamos abaixo dos valores da OCDE”, afirmou o Presidente do Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), João Almeida Lopes, na Sessão de Encerramento da Conferência “O Papel do Sector Privado na Saúde”. A iniciativa foi organizada pela Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP), no dia 23 de Outubro, no âmbito do 46.º Congresso Mundial dos Hospitais, que decorre até dia 27 no Centro de Congressos de Lisboa.

João Almeida Lopes reforçou a importância do papel da saúde na economia, nas empresas e na sociedade.

O Presidente também reiterou as conclusões do Estudo Informa D&B, que foi apresentado nesta iniciativa e que revela que as empresas do sector privado da saúde em Portugal registaram, em 2023,

cerca de 23,7 mil milhões de euros em vendas e prestações de serviços, um crescimento homólogo de 8,3%, empregando mais de 146 mil pessoas.

Defendendo que a actividade do sector privado da saúde pode contribuir ainda mais para o desenvolvimento do país, João Almeida Lopes referiu a falta de investimento do Estado português no sector da saúde e mostrou preocupação relativamente à aplicação do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na área da saúde.

A inovação, o potencial do sector económico e as parcerias público-privadas foram os principais temas discutidos neste evento, que contou com uma mensagem de boas-vindas do Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, que evidenciou o papel da saúde em Portugal.

A APIFARMA, enquanto parceira do Conselho da Saúde, Prevenção e Bem-Estar da CIP, associou-se a esta iniciativa.





II Congresso da Distribuição farmacêutica “A inovação só faz sentido quando chega à mão dos doentes”

Representante da APIFARMA destacou a importância da distribuição farmacêutica e recordou a necessidade de encontrar soluções para acelerar o acesso dos portugueses à inovação

A inovação farmacêutica “só faz sentido e só pode ter impacto se chegar à mão dos doentes”, frisou Paulo Teixeira, que representou a APIFARMA no II Congresso da Distribuição farmacêutica.

No debate realizado no dia 11 de Outubro, Paulo Teixeira recordou a disponibilidade permanente da APIFARMA para “encontrar soluções” para que a actual “vaga de inovação sem precedentes” chegue “de uma forma sustentável” aos doentes que dela necessitam. Um esforço que tem sempre de incluir as farmácias comunitárias e a “distribuição farmacêutica, que é fundamental”.

Paulo Teixeira recordou ainda que permitir o acesso à inovação é fazer um investimento que beneficia a sociedade “numa perspectiva social, numa perspectiva humana e até numa perspectiva económica”.

Por outro lado, lembrou: “se um doente português ainda consegue ter acesso às tecnologias mais recentes e inovadoras que permitem contribuir com ganhos em saúde, melhorar a qualidade de vida dos doentes e salvar vidas, este acesso, e sobretudo no último ano”, chega a Portugal com cada vez “maiores atrasos”. Um problema para o qual é

necessário, “em conjunto, encontrar formas de o resolver”.

A intervenção de Paulo Teixeira passou ainda pelo Orçamento do Estado, cuja proposta tinha sido na véspera divulgada. Este trouxe “boas notícias”, destacou, pois a dotação orçamental para o SNS é “um pouco maior”. Alertou, porém, para a necessidade de apurar o défice do SNS, uma vez que tem vindo a ser de “tal ordem, que o aumento real da dotação orçamental é manifestamente insuficiente”.

Em Portugal “temos assistido a problemas que são velhos, com anos constantes em que o Orçamento da Saúde é sempre insuficiente para fazer face às despesas necessárias”, sem capacidade de contribuir para melhorar a qualidade das infraestruturas, valorizar os profissionais ou “poder acomodar o custo da inovação”, considerou.

O painel intitulado ‘Mercado Farmacêutico – overview e tendências’ contou ainda com a participação de Rui Ivo, Presidente do Infarmed, Ema Paulino, Presidente da Associação Nacional de Farmácias, João Paulo Nascimento, Vice-Presidente da APOGEN.

Ponto de situação dos Ensaios Clínicos em Portugal

Remoção de constrangimentos levaria empresas a, num futuro próximo, aumentar em 43% o número de ensaios clínicos que realizam em Portugal.

De acordo com um inquérito realizado pela APIFARMA às empresas suas associadas, os ensaios clínicos trouxeram para Portugal um investimento directo de 231,6 milhões de euros entre 2019 e 2022.

Números que poderiam ter sido muito superiores se não existissem constrangimentos como a baixa taxa de recrutamento de doentes, demoras no tempo de aprovação, falta de autonomia e capacitação dos centros ou, entre outros factores apontados, uma insuficiente valorização dos recursos humanos existentes.

Em consequência destas dificuldades, estima-se que nos últimos quatro anos as empresas deixaram de realizar 210 ensaios clínicos em Portugal, o que representa 48% dos ensaios activos em 2022 e uma perda directa para o país estimada em 33 milhões de euros.

Caso o contexto se mantenha, a maioria das empresas inquiridas considera que a evolução expectável para os próximos 5 anos é a de manter ou diminuir o número de ensaios clínicos a realizar em Portugal. Em sentido inverso, se as dificuldades apontadas forem ultrapassadas, num futuro próximo as empresas poderiam aumentar em 43% o número de ensaios clínicos que realizam em Portugal.

A APIFARMA realça, assim, a necessidade de apostar numa estratégia de autonomia dos centros de investigação e da dotação de meios técnicos necessários para remover os constrangimentos apontados e permitir ao país captar projectos internacionais estruturantes que respondam aos desafios do sistema de saúde e da economia nacional, com ganhos evidentes para o doente, para os profissionais de saúde e para o Estado.

Consulte o documento [aqui](#).



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÉUTICA

— ENSAIOS CLÍNICOS + SAÚDE + SUSTENTABILIDADE EM PORTUGAL

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DA
INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

ATLAS ENSAIOS CLÍNICOS EM PORTUGAL: DADOS GLOBAIS

Atlas revela que 76,9% dos ensaios clínicos são promovidos pela Indústria Farmacêutica

76,9% dos ensaios clínicos são promovidos pela Indústria Farmacêutica e a quase totalidade a ter como objecto o medicamento.

A APIFARMA realizou um mapeamento e caracterização da actividade dos ensaios clínicos realizados e activos em Portugal através da análise de dados disponíveis no site ClinicalTrials.gov.

Entre as conclusões mais relevantes, destaca-se que 76,9% dos ensaios clínicos são promovidos pela Indústria Farmacêutica e que 98% do total têm como intervenção o medicamento.

É no litoral do país, com particular incidência nos distritos de Lisboa e Porto, que se concentra a maioria destes ensaios. 49% estão na etapa de recrutamento, 68% são de Fase III e 69% dos promotores são responsáveis apenas por um ensaio clínico.

Consulte o documento [aqui](#).

Inovação em foco durante o 58.º aniversário do PNV

46% das novas vacinas que estão a ser investigadas visam trazer inovação em áreas onde ainda não existem vacinas.

O Programa Nacional de Vacinação (PNV) completou 58 anos de existência. Para assinalar a data, a Direcção-Geral da Saúde (DGS) promoveu um evento no dia 4 de Outubro, que decorreu no Auditório do Infarmed. A investigação e inovação na área das vacinas foi uma das temáticas discutidas.

“É importante manter o ecossistema de investigação e que as empresas consigam trazer inovação e, assim, contribuírem para a melhoria da qualidade de vida das populações”, afirmou Paulo Teixeira, em representação da APIFARMA, na mesa-redonda “Inovação e Ciência na Vacinação”.

Indicou também que “46% das novas vacinas que estão a ser investigadas visam trazer inovação em

áreas onde ainda não existem vacinas”, como é o caso do VIH, e que “52% são novas vacinas” para substituir outras já existentes, como a COVID-19.

Paulo Teixeira sublinhou, ainda, a importância do acesso e equidade. “É preciso garantir que a vacinação chegue às pessoas mais rápido”, frisou, depois de ter indicado que Portugal está entre os países em que é mais demorado obter financiamento.

O programa científico deste evento integrou outras intervenções de oradores que também contribuíram para o sucesso do PNV, como Graça Freitas, que enquanto *keynote speaker* falou sobre os desafios da vacinação.



Conferência “Atrair Investimento em Saúde | Viver Melhor”

A APIFARMA organiza a Conferência “Atrair Investimento em Saúde | Viver Melhor”, que se realiza próximo dia 8 de Novembro, pelas 09h15, no Pequeno Auditório da Culturgest.

A estratégia para o investimento em saúde, o posicionamento de Portugal ao nível da captação de recursos internacionais que valorizem a investigação clínica e a economia nacional, bem como o valor dos medicamentos para as pessoas são os temas em destaque nesta iniciativa.

Programa disponível [aqui](#).



INSCREVA-SE

Convenção Nacional da Saúde promove debate sobre Digitalização na Saúde

A Convenção Nacional da Saúde (CNS) promove no próximo dia 15 de Novembro, a conferência “A Digitalização da Saúde ao Serviço das Pessoas”. O evento terá lugar na Ordem dos Médicos, em Lisboa, pelas 10h00.

Esta iniciativa tem como objectivo debater o tema da digitalização da saúde na vida das pessoas.

Consulte o programa [aqui](#).



INSCREVA-SE



Legislação Outubro 2023

Concursos Públicos – Portal BASE

A Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de Outubro, procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de Fevereiro.

Direcção executiva do SNS

Portaria n.º 306-A/2023, de 12 de Outubro, aprova os Estatutos da Direcção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I. P.

INFARMED – Comissão de Avaliação de Medicamentos

Despacho n.º 11043/2023, 2.ª série, de 27 de Outubro, procede à designação e cessação de funções de membros da Comissão de Avaliação de Medicamentos (CAM).

Legislação Laboralt

Portaria n.º 292-A/2023, de 29 de Setembro, aprova a fixação dos valores limites da compensação devida ao trabalhador pelas despesas adicionais com prestação de trabalho em regime de teletrabalho que não constitui rendimento para efeitos fiscais ou de base de incidência contributiva para a segurança social.

PHARMA EM NÚMEROS

A ENCARGOS PÚBLICOS COM MEDICAMENTOS - YTD (OUTUBRO) 2023

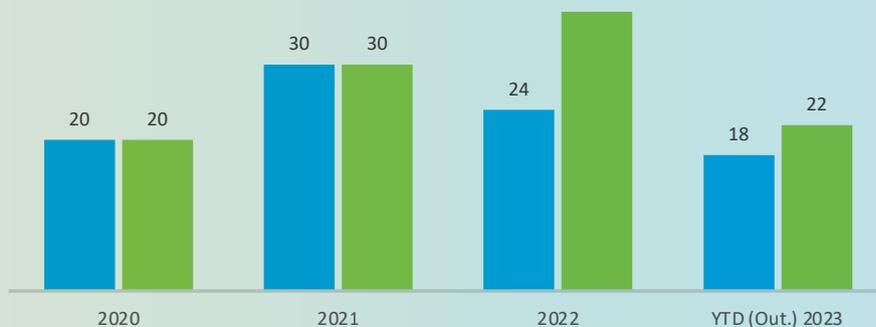
DÍVIDA DAS ENTIDADES PÚBLICAS ÀS EMPRESAS FARMACÊUTICAS



| Portal da Transparência do SNS

■ DÍVIDA TOTAL
■ DÍVIDA VENCIDA

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE INOVAÇÃO TERAPÊUTICA - DECISÕES

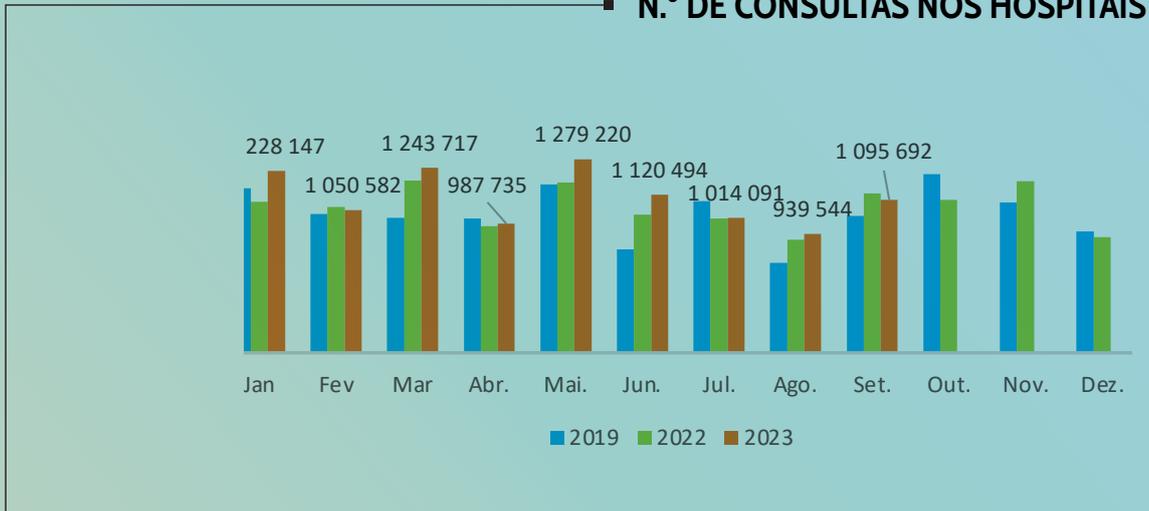


| Portal da Transparência do SNS

■ NIs (novas indicações de medicamentos inovadores)
■ DCIs (novas moléculas)

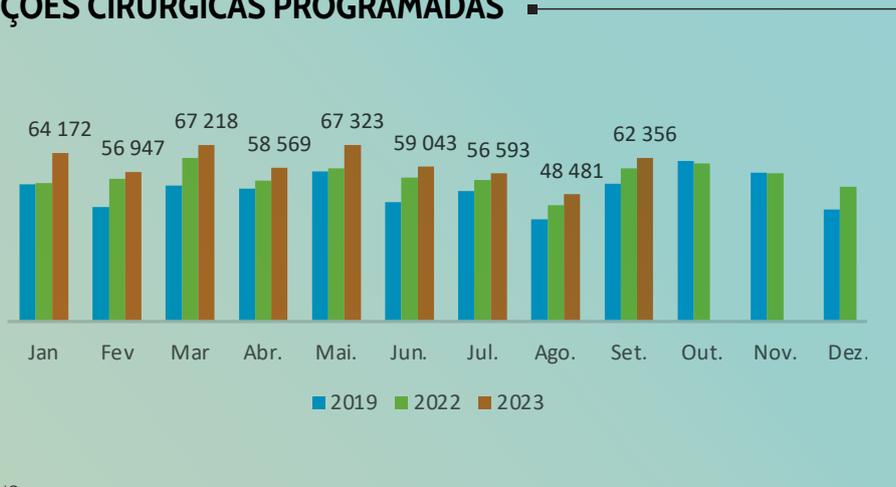
B **ACTIVIDADE ASSISTENCIAL DA SAÚDE**

▪ **N.º DE CONSULTAS NOS HOSPITAIS**



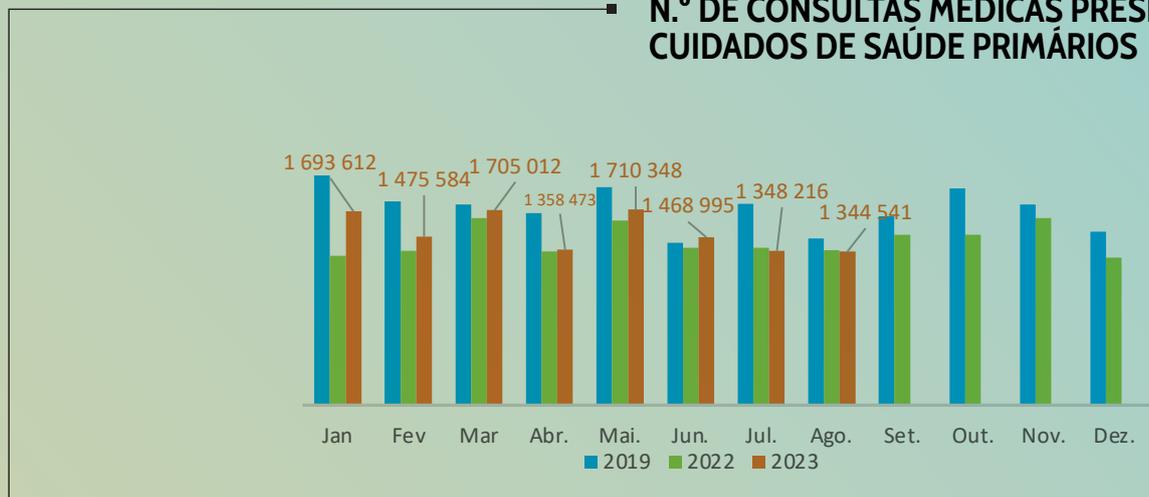
| Portal da Transparência do SNS

▪ **N.º DE INTERVENÇÕES CIRÚRGICAS PROGRAMADAS**



| Portal da Transparência do SNS

▪ **N.º DE CONSULTAS MÉDICAS PRESENCIAIS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS**



| Portal da Transparência do SNS

e·pharma

Newsletter Outubro 2023